

Recebimento: 09/11/2018

Aceite: 26/02/2019

## **PERFIL E DINÂMICA DOS MERCADOS DE TRABALHO EM CIDADES MÉDIAS NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE CAXIAS DO SUL E SANTA CRUZ DO SUL**

## **PROFILE AND DYNAMICS OF LABOR MARKETS IN MEDIUM-SIZED CITIES IN RIO GRANDE DO SUL: AN ANALYSIS FROM CAXIAS DO SUL AND SANTA CRUZ DO SUL**

Marco André Cadona<sup>1</sup>  
Elbe Marques Belardinelli<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo analisa dinâmicas de precarização do trabalho presentes em cidades médias do Rio Grande do Sul. Toma-se como referência empírica duas cidades médias do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul, para, então, analisar como a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de 2011 repercutiu nos empregos e nas condições de empregabilidade das pessoas que trabalham nas cidades médias gaúchas. A partir de uma perspectiva de análise que atenta para a historicidade e para as contradições presentes nos mercados de trabalho, dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, sustentam a tese de que os mercados de trabalho das cidades médias investigadas expressam dinâmicas de precarização do trabalho, manifestas essas através da insegurança nos empregos, nas trajetórias de ocupação, na renda, nas formas de proteção legal aos trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Cidades médias. Mercados de trabalho. Trabalho. Precarização.

### **Abstract**

The article analyzes the dynamics of labor precarization present in medium-sized cities in Rio Grande do Sul. Two medium cities from Rio Grande do Sul, Caxias do Sul and Santa Cruz do Sul, are analyzed as empirical data of development of capitalism in Brazil as of 2011 had repercussions on the jobs and conditions of employability of the people who work in the average gaúcho cities. From an analytical perspective that looks at the historicity and the contradictions present in labor markets, data from the CAGED - General Register of Employers and Unemployed, linked to the Ministry of Labor and Employment, support the thesis that the labor markets of average cities investigated express dynamics of precarious work, manifested through insecurity in jobs, in occupation trajectories, in income and in forms of legal protection to workers.

**Keywords:** Medium-sized cities. Labor markets. Work. Precariousness.

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia Política (UFSC). É professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul – RS. E-mail: marco14cadona@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduado em História (UNISC), aluno de Especialização em Educação no Campo e Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor na Rede Pública Estadual no Rio Grande do Sul. E-mail: todavialenin@gmail.com

## Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar o perfil e a dinâmica de inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho de cidades médias do Rio Grande do Sul. Dados sobre os mercados de trabalho de duas cidades médias, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul, são tomados como referência empírica para a análise não somente da situação de emprego/empregabilidade, mas, também, das condições de inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho, suas trajetórias de admissões e de desligamentos nos locais de trabalho, a remuneração pelo trabalho que realizam, as exigências que os postos de trabalho colocam sob o ponto de vista da qualificação profissional.

A análise da dinâmica dos mercados de trabalho no Brasil ganhou importância, especialmente a partir da década de 1990, em virtude das reformas neoliberais do capitalismo no País. Depois da crise de “padrão desenvolvimentista” adotado pelos governos militares (1964-1985), durante a década de 1990 um projeto neoliberal orientou as políticas dos governos nacionais, numa expectativa de superação da crise econômica (intensificada durante a década de 1980) e de integração “competitiva” da economia nacional no processo histórico de mundialização do capital em curso naquele período.

No final dos anos 1990, no entanto, após uma década de governos comprometidos com reformas e políticas econômicas orientadas para o mercado, o balanço dos resultados alcançados e das perspectivas para o “capitalismo brasileiro” não era alentador. O sucesso no combate à inflação teve como custo um incontrolado endividamento (externo e interno), o aumento das taxas de juros, o comprometimento dos investimentos e dos gastos públicos e a deterioração ainda maior da capacidade estruturante do Estado; a privatização, as fusões e as compras de empresas nacionais provocaram o aumento da oligopolização e da desnacionalização da economia do País (FIORI, 2002); a economia nacional apresentou um crescimento ainda mais insignificante daquele registrado durante a chamada “década perdida” (1980): em média, a economia brasileira cresceu 1,9% ao ano durante a década de 1990, contra os 2,2% alcançados durante a década de 1980 (CANO, 2000).

Para as pessoas que vivem do trabalho, a reestruturação neoliberal do capitalismo no Brasil a partir dos anos 1990 se manifestou através do aprofundamento do grau de precarização das condições e das relações de trabalho, observando-se, assim, uma crescente *insegurança dos trabalhadores* nos mercados de trabalho. Insegurança que se objetivou, considerando os dados da PED/DIEESE (Pesquisa de Emprego e Desemprego/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), realizada em regiões metropolitanas do País, através do crescimento do desemprego, do crescimento dos empregos em condição de vulnerabilidade (mercado informal, em especial), do comprometimento da renda dos trabalhadores, do crescimento no número de trabalhadores atuando sem cobertura de uma legislação social e trabalhista (DIEESE, 2001).

A partir dos anos 2000, em especial a partir do último ano do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), com algumas mudanças na direção das políticas governamentais (investimento em programas sociais, maior preocupação em impulsionar o crescimento econômico interno, política de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo), e contando com uma conjuntura internacional mais favorável ao desenvolvimento do capitalismo no País, o processo de desestruturação dos mercados de trabalho da década de 1990, ainda que não tenha sido revertido, foi estancado. E se observou, então, um período de crescimento dos empregos formais no País (com uma consequente diminuição do desemprego e das ocupações informais), além de uma recuperação do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores (DIEESE, 2012). Apenas para ilustrar, considere-se os dados da PED/DIEESE que, para o período entre 1999 e 2009, indicam que as taxas de desemprego diminuíram de 17,9% para 10,3%, em Belo Horizonte, de 22% para 15,8%, no Distrito Federal, de 19% para 11,1%, em Porto Alegre, de 22,1% para 19,2%, no Recife, de 27,7% para 19,4%, em Salvador e de 19,3% para 13,8%, em São Paulo (DIEESE, 2012, p. 64).

A tendência de crescimento dos empregos formais e de recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores teve continuidade no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), em que pese as mudanças ocorridas nas condições (internas e, principalmente, externas) do desenvolvimento do capitalismo no País.<sup>3</sup> O desemprego, por exemplo, continuou em queda: segundo dados da Pesquisa

<sup>3</sup> “[...] o governo Dilma desde 2011 sofre as consequências da mudança do cenário internacional, marcado pela redução do crescimento dos países emergentes, notadamente China e Índia, a crise do euro e a frágil recuperação americana.

Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), baixou de 12,4%, em 2003, para 4,8%, em 2014 (CARLEIAL, 2015, p. 208); nas regiões metropolitanas onde o DIEESE realiza sua PED, em dezembro de 2014 as taxas de desemprego eram de 6,9%, em Fortaleza, de 6,1%, em Porto Alegre, de 16,3%, em Salvador, de 9,9%, em São Paulo, de 12,8%, em Belo Horizonte, de 12,1%, em Recife, e de 11,7%, no Distrito Federal (DIEESE, 2018).

A partir de 2015, no entanto, a dinâmica de desenvolvimento da economia brasileira, agravada pela crise político-institucional que resultou, já em 2016, no *impeachment* de Dilma Rousseff, repercutiu negativamente nos mercados de trabalho, observando-se, então, uma diminuição no nível de ocupação e aumento do desemprego. A título de exemplo, no período entre outubro de 2015 e outubro de 2016, o desemprego aumentou de 9,4% para 12,9%, em Fortaleza, de 10,1% para 10,8%, em Porto Alegre, de 19,4% para 25,2%, em Salvador, e de 14,3% para 17,2%, em São Paulo; no mesmo período, o nível de ocupação decresceu - 4,0%, em São Paulo, - 3,8%, em Fortaleza, - 2,4%, em Salvador, e - 0,5%, em Porto Alegre (DIEESE, 2018).

Considere-se, ainda, que com o *impeachment* de Dilma Rousseff, o então vice-presidente, Michel Temer, assumiu a Presidência da República, levando adiante uma proposta de reforma trabalhista assentada nos pressupostos da desregulamentação, da privatização e da flexibilidade. A aprovação pelo Congresso Nacional da Reforma Trabalhista (que entrou em vigor a partir de novembro de 2017) criou condições históricas favoráveis à intensificação da precarização do trabalho no País, com a introdução do trabalho intermitente, com jornadas de trabalho mais flexíveis, com maior dificuldade de acesso à justiça do trabalho, com a afirmação do princípio do “acordado sobre o legislado”, com maior facilidade para a rescisão dos contratos (demissões).

Evidentemente, se os dados aqui registrados (sobre emprego e desemprego a partir dos anos 1990) já são indicativos das repercussões que as políticas econômicas adotadas pelos diferentes governos têm sobre os mercados de trabalho, é importante destacar que eles não alcançam aspectos importantes e relacionados à situação dos trabalhadores no País. Não permitem perceber, por exemplo, a dinâmica de emprego e desemprego nos diferentes setores da economia, a natureza dos empregos criados e as demandas colocadas para os trabalhadores (qualificação profissional, experiência de trabalho, deslocamento nos espaços urbanos etc.), as formas de segregação dos trabalhadores nos mercados de trabalho, mesmo o modo como emprego/desemprego/formas vulneráveis de empregabilidade se manifestam em diferentes locais/regiões situadas fora das regiões metropolitanas do País.

Foi a partir de algumas dessas questões que este artigo foi elaborado, preocupando-se em analisar o perfil e as dinâmicas do mercado de trabalho que geram precarização do trabalho em cidades médias. A delimitação do objeto da análise, portanto, enfatiza os mercados de trabalho de cidades que não estão situadas nas regiões metropolitanas do País, que apresentam “potenciais de absorção” de investimentos, pois têm “algum tipo de economia de aglomeração” (ganhos de produtividade atribuídos à aglomeração geográfica de populações e/ou de atividades econômicas) e, ao mesmo tempo, “não incorrem em deseconomias de aglomeração, típicas das grandes metrópoles” (PEREIRA, LEMOS, 2003, p.127), mas, também, cidades que têm importância regional, pois são referências para um determinado número de municípios em seu entorno (em termos de comércio, de serviços, de empregos) e, ao mesmo tempo, articulam uma região com circuitos nacionais e mesmo internacionais de produção (SPOSITO, 2007). E, como indicado anteriormente, como referência empírica foram considerados os mercados de trabalho de duas cidades médias localizadas no Rio Grande do Sul: Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul.

Destaque-se que essas duas cidades estão localizadas em regiões diferentes do território sul-rio-grandense, têm uma importância muito grande na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul e, evidentemente, em suas regiões de abrangência, são referências não somente econômicas, de oferecimento de serviços, de presença de importantes instituições públicas (na área da saúde, da educação), mas, também, na articulação política (dos municípios e da própria região) com Porto Alegre e com os centros de poder do País. Apenas para ilustrar, cabe o registro de alguns dados sobre essas duas cidades.

---

Adicionalmente, o consumo das famílias também desacelera nesse ano. A continuidade das ações anticíclicas revela que houve uma subestimação dos seus efeitos sobre o quadro fiscal brasileiro, bem como sobre as contas externas brasileiras” (CARLEIAL, 2015, p. 206).

Caxias do Sul é a principal referência fora da Região Metropolitana de Porto Alegre em termos de desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul. O município é considerado o segundo maior polo metal-mecânico do Brasil, setor que responde por 65% do PIB municipal (ROCHA, 2008), revelando-se aí a importância das atividades industriais, tanto sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico quanto na estruturação do mercado de trabalho do município. Nesse sentido, Caxias do Sul é expressão de uma região do Rio Grande do Sul que, historicamente, se desenvolveu tendo uma base produtiva diversificada, com uma indústria que não está necessariamente vinculada às atividades agropecuárias.

Santa Cruz do Sul, por sua vez, é um município conhecido pela presença histórica da produção agroindustrial do tabaco. Nesse sentido, é expressão de cidades médias que, no Rio Grande do Sul, se vinculam à produção agroindustrial (presentes, principalmente, na metade norte do território gaúcho). O município concentra as principais indústrias de tabaco do Brasil (Philip Morris, Souza Cruz, Japan Tobacco International, Universal Leaf Tabacos), responsáveis pelo processamento de grande parte da produção realizada no Sul do País. Sob o ponto de vista do mercado de trabalho, além de seu um polo regional de empregos, Santa Cruz do Sul tem uma singularidade que decorre do caráter sazonal da organização da produção industrial do tabaco: no município, um número significativo de trabalhadores atuam em/disputam empregos temporários (na região, esses trabalhadores são chamados de “safristas”), muitos dos quais oferecidos nos primeiros semestres do ano, atendendo às necessidades da indústria fumageira (VOGT, 1997).

Cabe destacar, ainda, dois aspectos, relacionados à metodologia que orientou a pesquisa da qual resultou a análise apresentada neste artigo.

O primeiro deles se relaciona à abordagem adotada para a análise e remete à preocupação com uma perspectiva histórica, atenta às especificidades dos espaços locais e/ou regionais, mas, também, para o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e suas repercussões nos mercados de trabalho de cidades médias. Nessa direção, considera-se que a análise do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em especial a partir dos anos 1990, é de grande importância para a identificação dos traços gerais que definem as mudanças que ocorrem no trabalho e nos mercados de trabalho no País. Porém, se a análise precisa estar atenta a essas tendências gerais, às uniformidades e aos padrões construídos, não pode se descuidar, igualmente, das singularidades históricas, manifestadas essas na forma como agem e reagem empresas, setores econômicos, os diferentes territórios.

O segundo deles está vinculado aos procedimentos metodológicos adotados para a análise. Nessa direção, considere-se que a análise foi construída a partir de dados secundários, mais especificamente dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a partir do qual se encontra uma importante fonte de informações sobre trabalho e mercados de trabalho de locais situados fora das regiões metropolitanas do País, de modo geral priorizadas nas pesquisas sobre a temática. São esses dados, mais especificamente sobre distribuição dos empregos formais entre os setores econômicos, dinâmica de admissões e desligamentos e ocupações que mais admitiram no período entre 2011 e 2016, que fundamentam a análise construída.

### **A distribuição dos empregos formais em Caxias do Sul e em Santa Cruz do Sul: uma análise a partir dos dados de janeiro de 2017**

Um primeiro dado a ser considerado na análise dos mercados de trabalho das cidades de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul diz respeito à distribuição dos empregos formais nos dois municípios. O quadro a seguir apresenta esses dados, indicando que, em Caxias do Sul, os empregos industriais têm grande importância na estrutura de empregos do município, representando 41,4% dos empregos formais, com destaque, ainda, para os empregos do setor de serviços (35,8%); em Santa Cruz do Sul, os empregos da indústria da transformação também têm importância significativa (29,2% do total de empregos formais), mas a maior quantidade dos empregos formais está nas atividades de serviços (39,7% do total de empregos formais do município). São dados, nesse sentido, que expressam a importância das atividades industriais nas duas cidades médias analisadas, mas, também, das atividades de serviços, que atendem necessidades locais e regionais, como são os casos das atividades vinculadas à saúde e à educação, essa última especialmente através da oferta de cursos universitários (tanto Caxias do Sul quanto Santa Cruz do Sul têm mais do que uma Instituição

de Ensino Superior, com destaque para a UCS – Universidade de Caxias do Sul e para a UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul) (Quadro 01).

**Quadro 01:** Distribuição dos empregos formais nos municípios de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul

Setores	Caxias do Sul		Santa Cruz do Sul	
	n.	%	n.	%
Extrativo mineral	93	0,1	24	0,1
Indústria da transformação	62.113	41,4	10.872	29,2
Construção civil	5.399	3,6	1.577	4,2
Comércio	26.575	17,7	9.075	24,3
Serviços	53.714	35,8	14.795	39,7
Administração pública	359	0,2	121	0,3
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.827	1,2	792	2,1
<b>TOTAL</b>	<b>150.080</b>	<b>100,0</b>	<b>37.256</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTE/CAGED, 2018.

Pela importância das atividades industriais e de serviços nas duas cidades consideradas, cabe a análise de como os empregos nesses setores estão distribuídos. Esses dados se tornam relevantes, inclusive, para que se destaquem características regionais que definem os mercados de trabalho de cidades médias. Nessa direção, pode-se dizer que a própria história das duas cidades investigadas estão vinculadas, sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e de seus mercados de trabalho, a determinadas atividades econômicas, que não somente colocam essas cidades como referências regionais (em termos de acesso a empregos, de acesso a serviços públicos, de acesso ao consumo etc.), mas, também, na relação que suas regiões estabelecem com outros territórios, seja em nível estadual, seja em nível nacional e, mesmo, global.

Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul têm singularidades que se vinculam ao processo histórico de desenvolvimento de cada um dos municípios. Como pode ser observado no Quadro 02, as indústrias de material de transporte, a metalúrgica, a mecânica, a química de produtos e a de produtos alimentícios, a de bebidas e a de álcool etílico compreendem porcentagens importantes dos empregos industriais do município. No caso de Santa Cruz do Sul, as indústrias do tabaco, a metalúrgica e a da alimentação têm maior importância, compreendendo mais de setenta por cento do total de empregos que a indústria da transformação do município tinha no início de 2017, conforme apresentado no Quadro 02.

**Quadro 02:** Distribuição dos empregos formais vinculados à indústria nos municípios de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul

Empregos formais Subsetores industriais	Caxias do Sul		Santa Cruz do Sul	
	n.	%	n.	%
Indústria de produtos minerais não-metálicos	1.174	1,9	148	1,4
Indústria metalúrgica	8.118	13,1	2.001	18,4
Indústria mecânica	6.946	11,2	400	3,7
Indústria de material elétrico e de comunicações	2.653	4,3	179	1,6
Indústria do material de transporte	18.491	29,8	197	1,8
Indústria da madeira e do mobiliário	2.687	4,3	346	3,2
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2.021	3,3	331	3,0
Indústria da borracha, fumo, couros, pele e similares	1.282	2,1	3.682	33,9
Indústria química de produtos	7.983	12,9	713	6,6
Indústria têxtil do vestuário e de artefatos de tecidos	4.638	7,5	571	5,3
Indústria de calçados	57	0,1	131	1,2
Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e de álcool etílico	6.063	9,8	2.173	20,0
<b>TOTAL</b>	<b>62.113</b>	<b>100,0</b>	<b>10.872</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTE/CAGED, 2018.

No caso dos serviços, a distribuição dos empregos revela, como indicado, a importância de determinadas atividades que atendem não somente demandas locais, mas, também, regionais. É o caso das atividades vinculadas à saúde, presente nas duas cidades por meio da oferta diversificada de consultórios particulares e de instituições hospitalares; ou das atividades vinculadas à educação, com uma estrutura de atividades vinculadas ao ensino básico (fundamentalmente voltadas às populações dos próprios municípios) e ao ensino superior; ou mesmo das atividades imobiliárias, cuja dinâmica atende demandas vinculadas à indústria da construção civil e à gestão do uso (compra, venda, aluguéis etc.) imobiliário das cidades, conforme apresentado no Quadro 03.

**Quadro 03:** Distribuição dos empregos formais vinculados aos serviços nos municípios de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul

Empregos formais Subsetores das atividades de serviços	Caxias do Sul		Santa Cruz do Sul	
	n.	%	n.	%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	2.172	4,0	569	3,8
Comércio e administração imobiliários	9.800	18,2	2.322	15,7
Transporte e comunicações	8.190	15,2	2.327	15,7
Serviços de alojamento, alimentação, reparação	15.782	29,4	4.352	29,4
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	8.163	15,2	2.233	15,1
Ensino	7.937	14,8	2.857	19,3
Serviços industriais de utilidade pública	1.670	3,1	135	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>53.714</b>	<b>100,0</b>	<b>14.795</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTE/CAGED, 2018.

### A dinâmica de emprego e de desemprego no período entre 2011 e 2017

Quando analisada a dinâmica de admissões e de desligamentos nos mercados formais de trabalho de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul, fica evidente que a mesma acompanhou as mudanças que ocorreram na economia do País. Nessa direção, se considerado o período entre 2007 e 2017, pode-se observar que o saldo positivo entre admissões e desligamentos permaneceu até 2013 e, a partir de 2014, o número de desligamentos passou a superar o número de admissões, o que significa que a situação de crescimento no desemprego, observada no País e nas regiões metropolitanas, também se fez notar nas cidades médias.

Considere-se, assim, o município de Caxias do Sul, onde até o ano de 2013 os saldos entre desligamentos e admissões eram favoráveis para estas últimas; a partir de 2014, no entanto, o número de desligamentos passou a superar o número de admissões, chegando, em 2015, à situação mais grave, na medida em que os desligamentos superaram em 14.080 o número das admissões. Observe-se, nesse sentido, que o número de admissões em Caxias do Sul apresentou uma dinâmica de crescimento até o ano de 2013, quando, então, começou a decrescer, chegando, em 2016/2017, a quase a metade das admissões que ocorreram no período entre 2010-2012.

Na mesma direção, Santa Cruz do Sul apresenta tendências próximas àquelas observadas em Caxias do Sul. Sob o ponto de vista do saldo (resultado entre admissões e desligamentos) observado no período, o número de desligamentos supera o de admissões a partir de 2015; naquele mesmo ano, as admissões tiveram uma significativa queda, ainda que não com a mesma intensidade observada em Caxias do Sul, conforme apresentado no Quadro 04.

**Quadro 04:** Dinâmica de admissões e de desligamentos no mercado formal de trabalho de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul no período entre 2007 e 2017

Município Ano	Caxias do Sul			Santa Cruz do Sul		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
2007	75.211	63.541	11.670	20.554	21.180	- 626
2008	87.272	79.412	7.860	23.550	22.894	656
2009	75.674	75.259	415	26.841	24.765	2.076
2010	102.435	89.436	12.999	29.900	27.370	2.530
2011	105.260	98.011	7.249	30.854	29.242	1.612
2012	99.971	99.578	393	28.988	27.037	1.951
2013	100.689	97.842	2.847	30.873	30.028	845
2014	89.331	93.011	- 3.680	31.608	30.478	1.130
2015	63.101	77.181	- 14.080	24.701	26.375	- 1.674
2016	54.755	61.652	- 6.897	20.270	20.755	- 485
2017	56.584	57.199	- 615	21.520	21.494	26

Fonte: MTE/CAGED, 2018.

Os dados apresentados no Quadro 04 indicam uma característica muito importante dos mercados de trabalho dos municípios de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul e, em especial, sobre a situação de parcelas significativas de trabalhadores nesses dois municípios. Trata-se do número de desligamentos que ocorrem a cada ano. Se considerado que Caxias do Sul tinha, em janeiro de 2017, 150.080 trabalhadores empregados formalmente, tem-se que, naquele ano, um número equivalente a 31,8% daquele total vivenciou experiência de desligamento nos empregos. Na mesma direção, se considerado que no município de Santa Cruz do Sul havia, em janeiro de 2017, 37.256 trabalhadores empregados formalmente, tem-se que um número equivalente a 57,7% daquele total vivenciou experiência de desligamento nos empregos.

Claro que esses dados devem ser tomados apenas como uma referência, além de que não necessariamente indicam um número absoluto de trabalhadores que foram desligados de seus empregos (pois um mesmo trabalhador pode ter sido desligado mais de uma vez num mesmo ano). De qualquer forma, é um indicador importante da alta rotatividade no trabalho que se observa tanto em Caxias do Sul quanto em Santa Cruz do Sul e, nesse sentido, de experiências de descontinuidades (profissionais, mas, também, nas formas de estruturação das vidas individuais e familiares) que caracterizam a condição de trabalhadores nesses mercados municipais de trabalho.

Importante destacar, também, que a dinâmica de admissões e de desligamentos indica diferenças nas duas cidades investigadas, expressando características singulares das regiões onde as mesmas estão localizadas. A análise da situação específica de Santa Cruz do Sul, por exemplo, já de imediato indica peculiaridades. Como fica evidenciado ao se analisar o Quadro 05, em Santa Cruz do Sul, observa-se que, em todos os primeiros semestres dos anos considerados, o número de admissões é maior do que o número de desligamentos; no entanto, nos segundos semestres, a situação se inverte, observando-se, também em todos os anos considerados, um número menor de admitidos. Mesmo num período mais recente, quando tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil ocorreram mais desligamentos do que admissões, Santa Cruz do Sul manteve sua dinâmica histórica de criação

de maior número de empregos nos primeiros semestres e de maior número de desligamentos nos segundos semestres.

**Quadro 05:** Diferenças entre admissões e demissões em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul e no Brasil (2007-2015)

Diferenças entre admissões e demissões Período	Santa Cruz do Sul	RS	BR
2007 – jan. – jun.	4.456	47.983	1.095.503
2007 – jul. – dez.	- 5.182	46.341	521.889
2008 – jan. – jun.	5.634	81.447	1.361.388
2008 – jul. – dez.	- 4.978	9.107	90.816
2009 – jan. – jun.	7.536	5.744	299.506
2009 – jul. – dez.	- 5.460	58.482	695.604
2010 – jan. – jun.	7.348	104.654	1.473.320
2010 – jul. – dez.	- 4.818	58.610	663.627
2011 – jan. – jun.	8.036	84.822	1.265.250
2011 – jul. – dez.	- 6.424	24.000	300.793
2012 – jan. – jun.	6.436	49.719	858.334
2012 – jul. – dez.	- 4.485	17.862	9.907
2013 – jan. – jun.	6.973	75.265	657.573
2013 – jul. – dez.	- 6.128	6.180	73.144
2014 – jan. – jun.	7.035	49.376	493.118
2014 – jul. – dez.	- 5.905	- 29.144	- 340.404
2015 – jan. – jun.	5.347	- 13.308	- 389.533
2015 – jul. – dez.	- 7.021	- 83.937	- 1.236.018

Fonte: MTE/CAGED, 2018. Dados organizados pelos autores.

Como explicar a dinâmica de admissões e de desligamentos em Santa Cruz do Sul, tal como indicado no quadro 05? Trata-se de uma dinâmica que está diretamente vinculada ao modo de organização da produção na indústria fumageira. Como afirmado anteriormente, a presença do complexo beneficiador de tabaco não somente coloca o município de Santa Cruz do Sul numa relação de dependência econômica com a indústria fumageira, mas, também, o próprio mercado de trabalho da cidade tem uma dinâmica que decorre de necessidades colocadas por essa indústria. De modo geral, a indústria fumageira recebe o tabaco produzido por agricultores familiares (da região, mas, também, de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná) no início dos anos, beneficia esse tabaco nos primeiros semestres; em função disso, a indústria fumageira contrata trabalhadores temporários (os “safristas”) que, após quatro, cinco, às vezes seis meses de atuação na indústria, são desligados a partir do início dos segundos semestres (julho/agosto). Assim, não é coincidência que, justamente nos primeiros semestres dos anos, observa-se um saldo positivo de empregos, enquanto, nos segundos semestres, observa-se um saldo positivo de desligamentos.

Observe-se que, em decorrência, muitos trabalhadores em Santa Cruz do Sul têm experiências históricas que tendem a naturalizar uma condição de vulnerabilidade no mercado de trabalho, pois o trabalho que é reservado para eles dura apenas um período do ano e, nesse sentido, os salários que recebem são temporários (ainda que não raras vezes tenham de atender necessidades anuais), a garantia de uma ocupação da qual resulte alguma proteção trabalhista e previdenciária é temporária, sendo permanente a necessidade de estabelecer estratégias de reprodução (individual e familiar) nessa condição de “temporário”.

Nesse contexto, pode-se inclusive dizer que o próprio desemprego em Santa Cruz do Sul tem naturezas diversas: para alguns, ele é um desemprego temporário (trabalhadores que esperam uma “nova safra” na indústria fumageira); para outros, ele expressa “o desequilíbrio permanente entre oferta e demanda por trabalho, tendo uma condição temporal que não é definida”. Uma condição que cria, também, diferentes tipos de “exércitos sociais de reserva”: constituído pelos trabalhadores que disputam os empregos permanentes existentes na cidade e pelos trabalhadores que, inclusive pela condição insegura que têm no mercado de trabalho, disputam apenas os trabalhos temporários; além daquele coletivo de trabalhadores que não conseguem alcançar nem as condições exigidas pelas empresas para a contratação na condição de temporários (CADONÁ, 2015).



## **Empregos formais, salários e qualificação profissional**

Cabe, por fim, qualificar a natureza dos empregos que são criados nos mercados formais de trabalho dos municípios de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul. Os dados sistematizados pelo CAGED, em particular aqueles relacionados às ocupações que mais admitem e aos salários médios pagos nessas mesmas ocupações, são importantes para fins dessa análise. Nessa direção, o Quadro 06 apresenta as cinquenta ocupações que mais admitiram em Caxias do Sul e em Santa Cruz do Sul, no período entre 2011 e 2014, com seus respectivos salários médios.

Importante destacar que as cinquenta ocupações indicadas representaram 66,7% do total das admissões ocorridas entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014, em Caxias do Sul, e 79,3% do total de admissões ocorridas em Santa Cruz do Sul naquele mesmo período: em Caxias do Sul, ocorreram 395.251 admissões e o total de admissões nas cinquenta ocupações foi de 263.462 admissões; em Santa Cruz do Sul, ocorreram 122.323 admissões e o total de admissões nas cinquenta ocupações foi de 97.010 admissões (MTE/CAGED, 2018).

Sob o ponto de vista das exigências de escolaridade e de qualificação profissional, a maioria dentre as cinquenta ocupações que mais admitiram, tanto em Caxias do Sul quanto em Santa Cruz do Sul, não está vinculada a profissões especializadas ou a postos técnicos superiores e de direção. Pelo contrário, o que se observa é que a maioria das ocupações compreende postos de atividades simples, manuais e de execução. São dados que, evidentemente, não permitem questionar a possibilidade de dinâmicas de reestruturação produtiva que resulte em maior valorização de ocupações caracterizadas como superiores (postos de gerência, direção, planejamento, programação de nível superior) ou intermediárias (postos de controle de supervisão, operadores e administração); no entanto, são indicativos de que não há, no período analisado, uma mudança na composição ocupacional que destaque essas ocupações (intermediárias e, principalmente, superiores).

**Quadro 06:** As cinquenta ocupações que mais admitiram em Caxias do Sul e em Santa Cruz do Sul entre 2011 e 2014, com os respectivos salários médios

50 ocupações que mais admitiram em Santa Cruz do Sul.	Salários médios (R\$)	50 ocupações que mais admitiram em Caxias do Sul.	Salários médios (R\$)
Alimentador de Linha de Produção	896,87	Auxiliar de Processamento de Fumo	759,31
Vendedor de Comércio Varejista	906,75	Alimentador de linha de produção	785,66
Auxiliar de Escritório, em Geral	872,78	Vendedor de comércio varejista	788,56
Operador de Caixa	794,92	Auxiliar de escritório, em geral	796,21
Faxineiro	725,01	Processador de fumo	728,32
Assistente Administrativo	996,89	Faxineiro	703,22
Almoxarife	1.015,83	Serventes de obras	766,30
Servente de Obras	883,23	Operador de caixa	765,40
Cozinheiro Geral	822,70	Motorista de caminhão	1.161,06
Pedreiro	1.224,92	Pedreiro	1.017,41
Soldador	1.423,30	Assistente administrativo	1.096,68
Atendente de Lanchonete	756,02	Operador de empilhadeira	960,46
Repositor de Mercadorias	775,93	Cozinheiro geral	936,73
Embalador, a Mão	667,85	Vigilante	855,73
Motorista de Caminhão	1.369,77	Almoxarife	739,00
Montador de Máquinas e Acessórios	1.045,38	Trabalhador volante da agricultura	742,28
Recepcionista, em Geral	848,65	Repositor de mercadorias	782,49
Vigilante	975,87	Ajudante de motorista	732,99
Trabalhador no Cultivo de Frutíferas	669,41	Atendente de lanchonete	763,04
Operador de Máquinas-Ferramenta Convencionais	1.323,74	Carregador de veículos de transportes	788,81
Moldador de Plástico por Injeção	916,00	Armazenista	832,77
Frentista	886,11	Frentista	1.047,33
Técnico de Enfermagem	1.104,00	Mecânico de manutenção de máquinas	786,39
Ajudante de Motorista	921,84	Apontador de produção	872,68
Trabalhador Volante da Agricultura	789,87	Operador de máquina de fabricar charutos e cigarrilhas	784,99
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	803,22	Vigia	769,02
Motorista de Furgão ou Veículo Similar	1.231,70	Embalador, a mão	739,02
Mecânico de Manutenção de Máquinas	715,78	Recepcionista, em geral	754,74
Garçom	795,52	Classificador de fumo	876,06
Trabalhador Agropecuário em Geral	850,27	Cozinheiro industrial	686,99
Abatedor	887,53	Embalador, a máquina	755,38
Vigia	1.036,12	Cobrador de transportes coletivos	852,87
Auxiliar de contabilidade	1.283,35	Conferente de carga e descarga	1.077,87
Operador de torno com comando numérico	1.482,30	Técnico em enfermagem	749,85
Motorista de ônibus rodoviários	952,86	Trabalhador na produção de mudas e sementes	696,15
Montador de estruturas metálicas	1.201,80	Garçom	735,93
Carregador de veículos de transportes	912,19	Auxiliar nos serviços de alimentação	998,79
Operador de máquinas fixas, em geral	1.132,74	Motorista de furgão	821,47
Armazenista	891,66	Lavador de veículos	1.081,02
Carpinteiro	1.190,87	Promotor de vendas	1.014,36
Rebarbador de metal	961,95	Vendedor em comércio atacadista	1.010,87
Ajustador mecânico	619,64	Pintor de obras	947,65
Assistente de vendas	1.179,39	Professor de ensino superior	1.693,71
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	761,83	Eletricista de manutenção	790,39
Porteiro de edifícios	786,20	Atendente de farmácia – balconista	754,84
Operador de máquinas operatrizes	1.332,37	Confeiteiro	1.051,85
Camareiro de hotel	786,11	Eletricista de instalações	831,38
Vendedor em comércio atacadista	1.078,06	Controlador de entrada e saída	1.227,76
Inspetor de qualidade	1.445,16	Motorista de ônibus urbanos	775,19
Promotor de vendas	908,79	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	1.090,70

Fonte: MTE/CAGED, 2018. Dados organizados pelos autores.

Os dados apresentados no quadro 06, portanto, indicam que a qualidade dos empregos criados, num período que foi de diminuição do desemprego e de crescimento do mercado formal de trabalho, não necessariamente assegura maior segurança para os trabalhadores. Sob o ponto de vista da escolarização e da qualificação profissional, mesmo que os trabalhadores tenham aumentado a escolaridade,<sup>4</sup> a estrutura de ocupações não se modificou de modo a contemplar essa mudança. Novos conhecimentos científicos e tecnológicos, teoricamente associados às exigências (empresariais) de um trabalhador com competências multifuncionais, não se colocaram como exigências/possibilidades de desenvolvimento na maioria dos empregos que, efetivamente, foram criados. Os empregos criados podem até terem sido ocupados por trabalhadores com maior escolaridade e com maior experiência profissional, mas se isso ocorreu foi em decorrência da oferta de força-de-trabalho, mais do que da demanda por um trabalhador mais qualificado e com maior qualificação profissional.

A análise dos salários médios das cinquenta ocupações que mais admitiram no período entre 2011 e 2014 também permite relativizar a “importância qualitativa” do crescimento dos empregos naquele período. Como está indicado no quadro, em Caxias do Sul, a melhor média salarial naquele período foi de R\$ 1.482,30, enquanto a menor média salarial foi de R\$ 619,64; em Santa Cruz do Sul, a melhor média salarial era de R\$ 1.693,71 e a menor média era de R\$ 686,99.

Para maior clareza do quanto representavam essas médias salariais, considere-se que, em Caxias do Sul, a melhor média salarial entre as cinquenta ocupações que mais admitiram em 2011 foi de R\$ 1.317,12, o que representava 2,4 salários mínimos (valor do salário mínimo em 2011: R\$ 545,00); em 2014, a melhor média se elevou para R\$ 1.556,31, mas a equivalência com o salário mínimo (que em 2014 era de R\$ 724,00) diminuiu para 2,1 salários mínimos. Na mesma direção, em Santa Cruz do Sul, a melhor média salarial das cinquenta ocupações que mais admitiram em 2011 foi de R\$ 1.574,23, o que representava 2,8 salários mínimos; em 2014, essa melhor média subiu para R\$ 2.002,17, mas sua equivalência com o salário mínimo também diminuiu (para 2,7 salários mínimos).

São dados, portanto, importantes para uma análise das trajetórias de insegurança que caracterizam parcelas significativas dos trabalhadores que atuam nos mercados de trabalho de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul. Além dos altos índices de rotatividade nos empregos presentes nos dois municípios, empregos que não necessariamente aproximam os trabalhadores de ambientes de trabalho capazes de impulsionar maior qualificação profissional, somados aos baixos salários que deles resultam, fazem parte de um contexto histórico em que, para a maioria das pessoas que vivem do trabalho, estar inserido no mercado de trabalho implica conviver com falta de garantias, com incertezas, com uma situação de vulnerabilidade que se impõe nas sociedades contemporâneas como condição de produção e de reprodução ampliada do capital. Uma condição histórica que ganha ainda maior importância se considerado que o período analisado (2011-2014) foi, no Brasil, exaltado como um período de controle do desemprego, de criação de empregos formais, de melhoria nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores; o que, nesse sentido, contribuiu para uma banalização das condições de precariedade que caracterizam os mercados de trabalho naquele período.

## Considerações finais

Ao terminar este artigo, cabe destacar três questões que resultam da análise apresentada.

A primeira delas é que a análise apresentada a partir da experiência concreta das cidades de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul está relacionada à própria dinâmica dos mercados de trabalho no Brasil que, embora a partir dos anos 2000 tenham indicado um aumento dos empregos formais, não se caracteriza pela superação de uma condição histórica caracterizada por diferentes tipos de precarização. Essas são características que expressam o que é permanente nos mercados de trabalho do País. Como indicado, experiências profissionais marcadas pelo desemprego, por descontinuidade nos empregos, por ocupações que não necessariamente são integradoras a ambientes de inovação

<sup>4</sup> A escolaridade média dos trabalhadores brasileiros apresentou significativo aumento a partir dos anos 2000. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que, em 2001, 29% dos ocupados no País tinham entre 04 e 07 anos de estudo e aqueles que não tinham nenhuma instrução chegavam aos 17%. Em 2013, o maior grupo de ocupados (36%) compreendia os trabalhadores que tinham entre 11 e 14 anos de estudo (grupo que subiu 19% entre 2001 e 2013) e o grupo de trabalhadores com mais de 15 anos tinha aumentado de 6,6% para 13% no mesmo período (IBGE, 2015).

técnico-científica, por baixos salários, definem condições históricas de vulnerabilidade profissional para parcelas significativas de trabalhadores que atuam nas cidades médias investigadas.

A segunda questão remete às especificidades regionais dos mercados de trabalho, ressaltando a complexidade dos mercados de trabalho no Brasil. Os dados apresentados indicam que o espaço regional, enquanto expressão das próprias dinâmicas regionais de desenvolvimento, importa, faz diferença. Essa questão ficou evidenciada através da análise dos indicadores dos mercados de trabalho das duas cidades investigadas, em especial o de Santa Cruz do Sul, onde foi possível perceber como a indústria fumageira condiciona uma dinâmica de admissões e de desligamentos com alto grau de singularidade.

Por fim, cabe ressaltar a importância de pesquisas que atentem para a dinâmica dos mercados de trabalho de cidades médias, contribuindo, assim, para que os estudos sobre trabalho e sobre mercados de trabalho possam ser constituídos através da atenção (merecida) ao que acontece nos espaços que não estão inscritos nas regiões metropolitanas do País.

## Referências

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, São Paulo, set./dez. 2015.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

\_\_\_\_\_. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo: DIEESE, 2018. In: <https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **Perfil do Município/CAGED**. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em: 15 out. 2018.

PEREIRA, Fabiano M., LEMOS, Mauro B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Brasília, IPEA, v. 33, n. 1, p. 127-165, abr. 2003.

ROCHA, Jefferson Marçal. Agroecologia em Caxias do Sul: razões, ações e (des)ilusões. **Perspectiva econômica**, v. 4, n. 1, p. 50-68, jan./jun. 2008.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VOGT, Olgário P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul (1849 – 1993)**. Santa Cruz do Sul: EDUNIS, 1997.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*